Política da Lei PROTECT para
Interagindo com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil em
MATCH CHARTER PUBLIC SCHOOL

Na Match Charter Public School, reconhecemos a importância de todos os alunos serem conhecidos e valorizados, e promovemos um ambiente de aprendizagem seguro, inclusivo e acolhedor para todos. Todos os nossos alunos têm direito a uma educação pública gratuita, independentemente de raça, cor, sexo, identidade de gênero, religião, nacionalidade, situação imigratória ou de cidadania, deficiência ou orientação sexual.

Em 5 de agosto de 2026, a Governadora Maura Healey sancionou a Lei PROTECT (a "Lei") . Agora é lei em Massachusetts que, exceto quando exigido por lei estadual ou federal, ou quando necessário para que o Estado ou suas subdivisões administrem um programa apoiado ou financiado pelo estado ou pelo governo federal, prisões civis para fins de aplicação da lei civil, incluindo a aplicação da lei federal de imigração, não são permitidas. nas dependências da escola durante o horário escolar, nos horários de entrada e saída de alunos, nas atividades antes e depois das aulas e em eventos patrocinados pela escola sem mandado judicial ou ordem judicial.

O Diretor Executivo deverá implementar imediatamente os procedimentos da Lei, em consonância com os procedimentos modelo ("Procedimentos") anexos a esta política como **Anexo A** e com as Orientações para Escolas de Ensino Fundamental e Médio Relacionadas à Interação com as Forças da Lei, emitidas pelo Gabinete do Governador, pelo Gabinete Executivo de Educação e pelo Departamento de Educação Básica e Secundária em 21 de agosto de 2026, anexas a esta política como **Anexo B.** Os procedimentos promoverão escolas seguras e acessíveis para alunos, funcionários e moradores.

Os procedimentos devem ser implementados, sempre que aplicável, em conformidade com os Planos de Operações de Emergência do Distrito, os Planos de Resposta a Emergências Médicas e de Saúde Mental e o Memorando de Entendimento do Oficial de Recursos Escolares.

Os procedimentos deverão incluir:

(i) Procedimentos para identificar e designar um administrador sênior no gabinete do Diretor Executivo do distrito para atuar como o indivíduo responsável pelo contato principal com os agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil no sistema escolar e como o ponto de contato central para as escolas em interações com a polícia civil;

(ii) Procedimentos para identificar e designar um administrador sênior em cada escola para servir como o indivíduo responsável pelo contato principal com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil que chegam ao local da escola ou solicitam informações sobre alunos, funcionários ou outras pessoas afiliadas à escola;

(iii) Procedimentos para contatar o advogado do distrito escolar;

(iv) Procedimentos para contatar o administrador sênior da escola e o escritório do Diretor Executivo do distrito caso agentes da lei envolvidos em ações de fiscalização civil cheguem às dependências da escola ou solicitem informações sobre alunos, funcionários ou outras pessoas ligadas à escola;

(v) Procedimentos para documentar todas as interações com agentes da lei envolvidos no cumprimento da lei civil em instalações escolares;

(vi) Procedimentos para notificar os pais ou responsáveis de um aluno, ou o próprio aluno, caso este tenha 18 anos ou mais, ou seja emancipado, se um agente da lei envolvido no exercício da atividade policial civil solicitar acesso a um aluno ou às suas informações para qualquer finalidade relacionada à aplicação da lei civil;

(vii) Procedimentos subsequentes à confirmação da presença de agentes da lei em atividades de fiscalização civil em instalações escolares, incluindo a notificação de pais e responsáveis, professores, administradores e funcionários da escola;

(viii) Procedimentos para confirmar e atualizar os contatos de emergência dos alunos, permitindo que mais de uma pessoa seja listada, e planos alternativos de cuidadores; e

(ix) Um plano para compartilhar esses procedimentos com alunos e famílias no site do distrito escolar.

Uma vez adotada pelo Conselho de Administração da Match Charter Public School, esta política e os procedimentos que a acompanham constituirão o plano de resposta a emergências por escrito exigido pela Lei.

*****

O Departamento de Educação Básica e Secundária, em consulta com o Escritório de Refugiados e Imigrantes e a Procuradoria-Geral, divulgará um modelo de treinamento relacionado à implementação desses procedimentos. As escolas são incentivadas a compartilhar esse treinamento, assim que for divulgado, com gestores e demais funcionários.

ANEXO A

Procedimentos para
Interagindo com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil em
MATCH CHARTER PUBLIC SCHOOL

Em 5 de agosto de 2026, a Governadora Maura Healey sancionou a Lei PROTECT. Stat. 2026, c. 163, §§ 1 – 24 (a "Lei"). Agora é lei em Massachusetts que, exceto quando exigido por lei estadual ou federal, ou quando necessário para que o Estado ou suas subdivisões administrem um programa financiado ou apoiado pelo governo estadual ou federal, prisões civis, inclusive para fins de imigração federal, não são permitidas. Nas seguintes áreas não públicas: recintos escolares durante o horário de funcionamento (definido abaixo), sem mandado judicial ou ordem judicial.

Conforme exigido pela Lei, estes procedimentos modelo ("Procedimentos") descrevem um processo que os funcionários da Match Charter Public School (o "Distrito") devem seguir ao interagirem com agentes da lei envolvidos em atividades de segurança pública. Os procedimentos promovem escolas seguras e acessíveis para alunos, funcionários e moradores. Os procedimentos devem ser aplicados igualmente a todas as formas de atuação policial e devem ter como foco a segurança dos alunos.

Os procedimentos devem ser implementados, sempre que aplicável, em conformidade com os Planos de Operações de Emergência do Distrito, os Planos de Resposta a Emergências Médicas e de Saúde Mental e o Memorando de Entendimento do Oficial de Recursos Escolares.

Definições dos Procedimentos

Estes procedimentos utilizam as seguintes palavras e expressões, em conformidade com a Lei:

- **Prisão civil:** significa Uma prisão que não tenha como objetivo preparar a pessoa sujeita a tal prisão para processo criminal por suposta violação de uma lei penal estadual ou federal. Prisões civis podem ser autorizadas, entre outras coisas, por: (1) um mandado de liberdade condicional emitido de acordo com o Capítulo 127, Seção 149A da Lei Geral de Massachusetts, ou um mandado de liberdade condicional emitido de acordo com o Capítulo 279, Seção 3 da Lei Geral de Massachusetts; (2) lei estadual que permita a custódia protetiva para pessoas incapacitadas e embriagadas, Capítulo 111B, Seção 8 da Lei Geral de Massachusetts; ou (3) um mandado administrativo emitido por uma agência federal, como a Agência de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos ("ICE"), por violações da Lei Federal de Imigração e Nacionalidade, ou esforços relacionados à aplicação da lei de imigração civil.

- **Aplicação da lei civil :** Significa esforços para investigar, aplicar ou auxiliar na investigação ou aplicação da lei civil estadual ou federal, incluindo, mas não se limitando a, qualquer lei federal de imigração. Para maior contexto, a aplicação da lei civil geralmente se relaciona à detenção preventiva para a segurança de um indivíduo, à execução de ações civis em juízo ou à aplicação da lei de imigração. Em contrapartida, a aplicação da lei penal envolve a investigação e a aplicação de leis penais estaduais ou federais (como aquelas que criminalizam o roubo e a agressão). Observe que os agentes da lei (definidos abaixo) podem atuar tanto na aplicação da lei civil quanto na aplicação da lei penal.

- **Mandado judicial ou ordem judicial** : refere-se a um mandado de prisão ou outra ordem judicial, assinada por um juiz ou magistrado que atua no poder judiciário de um governo local ou estadual ou do governo federal, autorizando uma prisão.

- **Agente da lei ou oficial** : Significa qualquer agente ou oficial de uma agência de aplicação da lei federal, estadual, municipal, distrital ou de condado, incluindo, entre outros, departamentos de polícia locais, xerifes, agentes policiais, a Polícia Estadual de Massachusetts, o ICE, a agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos ("CBP") e o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos ("DHS").

- **Horário de funcionamento :** refere-se ao horário escolar regular, aos horários de entrada e saída dos alunos, às atividades antes e depois das aulas e aos eventos promovidos pela escola.

- **Escola:** significa uma escola administrada pelo departamento escolar de uma cidade, município ou distrito escolar regional; uma escola agrícola do condado; uma escola profissionalizante independente ou uma escola profissionalizante operada por um condado; uma escola charter da Commonwealth ou uma escola charter Horace Mann estabelecida sob o GL c. 71, § 89 ("escola charter"); uma escola diurna especial ou outra instalação diurna ou uma escola residencial de curto ou longo prazo que ofereça programas educacionais para crianças com deficiência, estabelecida de acordo com o capítulo 71B e em conformidade com o capítulo 766 das leis de 1972; ou uma escola operada por uma colaboração educacional estabelecida sob o GL c. 40, § 4E ("escola colaborativa").

- **Distrito Escolar:** significa o departamento de educação de uma cidade ou município, um distrito escolar regional, uma escola profissionalizante independente ou uma escola profissionalizante ou agrícola administrada por um condado.

- **Terreno escolar:** significa o(s) prédio(s) principal(is) da escola e qualquer outro prédio ou propriedade pertencente ou controlada por uma escola ou distrito escolar e usada pela escola em apoio direto ou de maneira relacionada ao seu propósito educacional ou esportivo. Isso inclui playgrounds, campos, estacionamentos, áreas de recreação, campos esportivos, quadras, áreas de competição e outros locais pertencentes ou controlados e usados para fins relacionados à escola , estejam ou não fisicamente conectados ao(s) prédio(s) principal(is) da escola. Durante o horário de funcionamento, conforme definido acima, o terreno escolar não é público.[1]

[1]Embora os pontos de ônibus geralmente não sejam considerados "terrenos escolares", consulte a seção sobre Transporte Escolar para obter recomendações sobre como lidar com a atividade policial nos pontos de ônibus.

I. Interações com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil

Prisões civis não são permitidas em instalações escolares durante o horário de funcionamento, a menos que os agentes da lei ("agentes") possuam um mandado judicial ou ordem judicial válida. [2]Para fins destes procedimentos, as instalações escolares são definidas acima.

Procedimentos gerais para funcionários do distrito e da escola que interagem com agentes da lei envolvidos em operações de fiscalização civil.

i. Os funcionários devem manter a calma e o profissionalismo ao interagirem com agentes da lei em situações civis e devem usar a linguagem descrita nestes procedimentos.
ii. Os funcionários nunca devem tentar interferir fisicamente com os agentes enquanto estes estiverem realizando atividades de policiamento civil, nem devem se sentir compelidos a abordar um agente ou interagir com ele primeiro.
iii. Caso os funcionários e colaboradores se sintam inseguros ao interagir com os agentes, podem recusar-se a interagir com eles e, em vez disso, recorrer aos administradores, conforme descrito abaixo.

Administradores seniores designados para atuarem como pessoas de contato.

O Diretor Executivo designou o seguinte administrador sênior de seu gabinete como a pessoa de contato designada em nível distrital para qualquer situação em que policiais estejam envolvidos na aplicação da lei civil em instalações escolares.

Contato em nível distrital

- Dra. Kimberley Williams
- Diretor-executivo
- 617-866-3151

O Diretor Executivo, em coordenação com cada escola, identificou o(s) seguinte(s) administrador(es) sênior(es) como a pessoa de contato designada em cada escola para qualquer situação em que os policiais estejam envolvidos na aplicação da lei civil nas dependências da escola.

Dia da Comunidade Match

- Nicole Osei
- Diretor(a) da Escola
- 845-642-9622

Escola Match Middle School

- David Robinson

[2]Conforme mencionado na Seção sobre Obrigações Existentes, abaixo, nada nestes Procedimentos proíbe a cooperação adequada com as autoridades, incluindo polícia, bombeiros, serviços médicos de emergência, autoridades de proteção à criança ou outros funcionários de segurança pública, em resposta a uma emergência, protegendo uma criança contra abuso ou negligência, ou exercendo qualquer outra autoridade legal não relacionada à aplicação da lei civil.

- Principal
- 603-203-5462

Escola Match High School

- Jermaine Hamilton
- Principal
- 857-236-2563

Protocolo de escalonamento

i. Caso os agentes cheguem ao local e não haja nenhuma circunstância urgente (emergência) aparente, a equipe deve informar os agentes de que entrará em contato com um administrador para auxiliá-los e que os agentes devem aguardar onde estão (idealmente do lado de fora, longe de alunos e familiares).

ii. Quando os funcionários se depararem com policiais envolvidos em atividades de aplicação da lei civil nas dependências da escola ou tomarem conhecimento disso, devem notificar imediatamente o contato da escola.

iii. Assim que for notificado, o responsável pela escola deve informar imediatamente o responsável pelo distrito e dirigir-se ao local onde os agentes estão aguardando.

iv. De acordo com o processo do Distrito, a pessoa de contato em nível distrital entrará em contato com o advogado do Distrito para obter aconselhamento. Se possível, a pessoa de contato do distrito conectará o advogado com a pessoa de contato da escola em uma chamada a três.

v. A pessoa de contato na escola solicitará a identificação dos policiais e registrará seus nomes, agências e números de distintivo.

vi. A pessoa de contato na escola solicitará a visualização de qualquer mandado ou outra documentação. Essa pessoa — com a assistência de um advogado, se disponível, e/ou da pessoa de contato no distrito escolar — deverá analisar os documentos para determinar se os policiais possuem um mandado judicial ou ordem judicial válida. *Veja Análise de Mandado, abaixo.*

vii. Caso os agentes possuam um mandado judicial ou ordem judicial válida que autorize uma prisão ou entrada para busca, ou ambos, o contato na escola informará aos agentes que eles podem entrar nas dependências da escola; no entanto, solicitará que, sempre que possível, os agentes evitem áreas onde haja alunos.[3]

viii. Caso os policiais não possuam um mandado judicial ou ordem judicial válidos, ou possuam apenas um mandado administrativo, o contato da escola informará aos policiais que eles não estão autorizados a efetuar uma prisão nas dependências da escola e solicitará que se retirem.

ix. Caso os agentes realizem uma prisão civil nessas áreas em violação da Lei, ninguém deve tentar interferir fisicamente com eles. Em vez disso, os funcionários devem seguir as orientações para espectadores presentes no Guia para Escolas de Ensino Fundamental e Médio sobre Interação com a Polícia Civil, Parte IV (anexa como **Anexo B**). Se houver uma ameaça iminente à segurança de uma criança, membro da equipe, familiar ou outra pessoa, os funcionários do programa não devem hesitar em ligar para o 911 para obter assistência.

x. Após a saída dos policiais das dependências da escola, a instituição deverá comunicar o ocorrido à Divisão de Direitos Civis do Gabinete do Procurador-Geral.

[3]Em circunstâncias excepcionais, os agentes podem identificar uma ameaça clara e imediata à saúde ou à segurança que se qualifique como uma exceção à exigência de mandado.

Revisão do Mandado

O responsável de cada escola, com o auxílio do responsável de cada distrito e do promotor público , se disponível, analisará quaisquer mandados ou ordens judiciais. O responsável de cada distrito e os responsáveis de cada escola estarão, em geral, familiarizados com o conceito de mandado judicial e ordem judicial, com base nas informações contidas no Guia para Escolas de Ensino Fundamental e Médio sobre Interações com a Polícia Civil (anexo como **Anexo B**). Um modelo de mandado judicial está incluído no **Apêndice A** para esses procedimentos.

Mandados judiciais e ordens judiciais são documentos emitidos por um juiz ou magistrado atuante no poder judiciário estadual ou federal. Esses documentos autorizam a busca em um local específico ou a prisão de uma pessoa específica com base em informações suficientes para comprovar a ocorrência de um crime ("causa provável"). Observe que outras ordens judiciais podem incluir intimações ou citações, mas estas não autorizam o acesso físico a locais não públicos.

- Um *Mandado Judicial* é: (1) assinado por um juiz, magistrado ou assistente de magistrado e datado; (2) emitido por um tribunal; e (3) inclui o local a ser revistado ou as pessoas ou itens a serem apreendidos/presos.
- Uma *Ordem Judicial* pode assumir muitas formas, mas deve incluir: (1) o cabeçalho de um processo judicial; (2) o nome do tribunal; e (3) a assinatura de um juiz, escrivão magistrado ou assistente de escrivão magistrado, com a data.

Orientações sobre linguagem

Os funcionários do distrito e da escola devem usar a linguagem abaixo ao interagirem com os policiais quando estes solicitarem a aplicação da lei em situação de rua nas dependências da escola:

- "Não tenho autorização para permitir sua entrada na escola. Por favor, aguarde aqui enquanto entro em contato com um administrador."
- "Não estou autorizado a discutir casos específicos de pessoas ou a falar com você sobre este aluno/criança/funcionário. Vou entrar em contato com um administrador que discutirá isso com você mais detalhadamente."
- "Não me é permitido discutir/divulgar informações privadas para você."

Documentação de interações

Funcionários, equipe, administradores e a(s) pessoa(s) de contato designada(s) devem documentar as interações com policiais envolvidos em atividades de segurança pública e são encorajados a aguardar até se sentirem seguros para registrar o ocorrido. Isso pode ocorrer após a saída dos policiais das dependências da escola. As escolas devem utilizar um formulário já existente ou criar um novo para registrar as interações com policiais. e guardem esses registros como guardariam quaisquer outros. registros escolares, no curso normal. Um formulário de exemplo está incluído como **Apêndice** B.

De acordo com o protocolo de escalonamento descrito acima, funcionários, equipe, administradores e a(s) pessoa(s) de contato designada(s) podem interagir com policiais de diferentes maneiras e em diferentes momentos. Os procedimentos a seguir refletem essas funções, mas não têm a intenção de limitar o que qualquer pessoa em particular deve registrar sobre a interação. Por exemplo, se um funcionário viu o nome e o número do distintivo de um policial, ele também deve anotá-los. Da mesma forma, se a pessoa de contato designada contou o número de veículos usados pela polícia, ela também deve anotar. Todos são encorajados a documentar o impacto sobre quaisquer alunos/crianças/funcionários/equipe (após a

resolução de quaisquer problemas imediatos) e quaisquer ações de acompanhamento necessárias para apoiá-los. Todos devem ser orientados a anotar o que se lembram do incidente, incluindo, entre outras, as seguintes informações:

i. Data e hora em que os agentes da lei chegaram às instalações da escola ou fizeram o pedido de informações;
ii. Os nomes e números de identificação dos agentes, bem como a agência que representavam;
iii. O número de veículos e as respectivas placas, se visíveis;
iv. Os nomes das testemunhas, alunos ou outros funcionários envolvidos;
v. Medidas tomadas para notificar a pessoa de contato da escola, a pessoa de contato do distrito ou o advogado da escola, conforme o caso;
vi. As ações dos agentes da lei, incluindo se eles cumpriram ou não as instruções da escola;
vii. Se os agentes da lei possuíam um mandado judicial ou ordem judicial válidos, ou alguma outra documentação;
viii. Se houve prisão civil em instalações escolares; e
ix. Impacto sobre alunos/crianças/funcionários/membros da equipe (após a resolução de quaisquer problemas imediatos) e quaisquer ações de acompanhamento necessárias para apoiá-los.

Os espectadores, incluindo funcionários e colaboradores, podem gravar a interação em vídeo abertamente (não secretamente), mas não devem interferir.

Atividades policiais nas proximidades do terreno escolar

Caso ocorram atividades policiais ou de fiscalização de imigração nas proximidades da escola, a instituição consultará o Plano de Operações de Emergência para determinar se a segurança de alunos e funcionários pode ser afetada. Se forem identificadas preocupações com a segurança, medidas apropriadas serão implementadas, o que pode incluir o adiamento do horário de saída dos alunos. A comunicação com as famílias será feita posteriormente.

Transporte escolar

O Distrito revisará seus Planos de Operações de Emergência com as empresas de ônibus escolares para promover a segurança dos alunos em caso de qualquer tipo de atividade policial em pontos de ônibus ou nas dependências da escola. Isso inclui o transporte de alunos com necessidades especiais . Além disso, as escolas devem revisar os contratos de transporte escolar e comunicar-se com as empresas de transporte escolar sobre as políticas e os protocolos para motoristas de ônibus em caso de atividade policial ativa perto de um ponto de ônibus escolar. Isso inclui considerações para o transporte de alunos com necessidades especiais. Os procedimentos relacionados ao transporte devem priorizar a segurança das crianças e dos moradores e evitar os perigos associados ao desembarque de uma criança ou morador perto de uma cena de crime em andamento ou de qualquer prisão ou operação policial.

Agente(s) de Recursos Escolares (se aplicável)

O Distrito garantirá que o Memorando de Entendimento (MOU) do Oficial de Recursos Escolares esteja em conformidade com o modelo estadual obrigatório e inclua informações sobre as funções e responsabilidades de um Oficial de Recursos Escolares nas escolas, inclusive em circunstâncias em que agentes da lei estejam realizando operações civis de policiamento em instalações escolares.

Aviso aos pais

Quando uma escola confirmar a presença de agentes da lei em exercício nas dependências da escola, notificará os pais e responsáveis dos alunos, professores, administradores e funcionários da escola. A notificação aos pais e responsáveis será traduzida para os idiomas, além do inglês, mais falados na comunidade do distrito escolar. A escola fornecerá essa notificação de forma a proteger a confidencialidade e a privacidade de quaisquer informações potencialmente identificadoras. Um modelo de notificação por e-mail está incluído no **Apêndice C** destes Procedimentos.

Cada escola designará um membro da equipe para notificar as famílias caso policiais em serviço estejam tentando contatar um aluno ou buscando informações sobre ele. Os membros da equipe notificarão o aluno diretamente se ele tiver 18 anos ou mais. Um modelo de e-mail de notificação está incluído no **Apêndice D** destes Procedimentos.

Proteção de informações de identificação pessoal

O Distrito não pode divulgar informações de identificação pessoal sobre um aluno a terceiros, incluindo funcionários e a mídia, seja oralmente ou por escrito, a menos que: o Distrito tenha o consentimento específico e informado dos pais ou responsáveis (ou, no caso de um aluno com pelo menos 18 anos de idade ou emancipado, o consentimento específico e informado do próprio aluno); seja em cumprimento a um Mandado Judicial, Ordem Judicial ou intimação; ou haja uma emergência de saúde ou segurança. De modo geral, as escolas também devem respeitar as preferências e preocupações de privacidade dos pais ou responsáveis de um aluno (ou do próprio aluno, se maior de 18 anos ou emancipado) em resposta a solicitações da mídia e, na medida em que seja compatível com a lei, em interações com agentes da lei que possam envolver alunos.

Os pais/responsáveis (e os alunos com pelo menos 18 anos de idade ou emancipados) têm o direito de optar por não ter seus dados incluídos no diretório. O distrito limita as informações que são incluídas no diretório (por exemplo, excluindo o endereço e o local de nascimento do aluno) e restringe a divulgação dessas informações à comunidade escolar. De acordo com a legislação federal, as escolas são obrigadas a notificar os alunos e suas famílias pelo menos uma vez por ano sobre quais informações serão incluídas no diretório e a permitir que os pais optem por não incluir suas informações a qualquer momento. O distrito comunicará essas informações utilizando serviços de tradução ou interpretação para pais/responsáveis com proficiência limitada em inglês.

Planos de cuidadores e informações de contato

O Distrito manterá atualizadas as informações de contato de emergência, contatos alternativos de responsáveis e contatos autorizados para buscar os alunos. O Distrito permitirá que os pais/responsáveis indiquem mais de uma pessoa como contato de emergência. O Distrito manterá a documentação pertinente arquivada, como a autorização de outro responsável, agente temporário ou tutor.

Apoio aos estudantes

O Distrito oferecerá aconselhamento culturalmente sensível e outros tipos de apoio aos alunos que apresentarem aumento da ansiedade em decorrência de atividades policiais civis.

Apoio às famílias

O Distrito oferecerá apoio e encaminhamento para recursos comunitários às famílias afetadas por atividades policiais civis, conforme apropriado. O Distrito se empenhará em dialogar com as famílias para abordar barreiras à frequência escolar dos alunos, desafios comportamentais na escola ou outras preocupações. A comunicação com as famílias será feita em seu idioma principal, incluindo o uso de intérpretes, se necessário. O Distrito também realizará sessões informativas para as famílias, utilizando intérpretes quando apropriado, para compartilhar o protocolo e os planos de comunicação do Distrito para situações em que ocorram atividades policiais civis.

Treinamentos sobre interações com autoridades policiais civis

O Distrito realizará treinamentos sobre a implementação desses procedimentos e melhores práticas para garantir a segurança de todos os alunos, funcionários, famílias e visitantes autorizados em todas as instalações escolares. O Departamento de Educação de Massachusetts (DESE), em consulta com o Escritório Executivo de Educação (EOE), o Escritório de Refugiados e Imigrantes de Massachusetts e o Procurador-Geral de Massachusetts, desenvolverá um modelo de treinamento sobre esses procedimentos, bem como um treinamento sobre a Política e as Diretrizes para Escolas de Ensino Fundamental e Médio relacionadas à interação com as autoridades policiais civis (anexo como **Anexo B**). O Distrito poderá utilizar esse modelo de treinamento ou desenvolver seu próprio treinamento, desde que o conteúdo seja consistente com o modelo.

Obrigações existentes

Nada nestes Procedimentos altera as obrigações do Distrito e de suas escolas de cumprir as leis estaduais e federais, bem como as políticas e procedimentos existentes.

Nada nestes Procedimentos proíbe a cooperação adequada com as autoridades, incluindo polícia, bombeiros, serviços médicos de emergência, autoridades de proteção à criança ou outros agentes de segurança pública que respondam a uma emergência, protejam uma criança contra abuso ou negligência, ou exerçam qualquer outra autoridade legal não relacionada à aplicação das leis de imigração. Se houver uma ameaça física iminente à segurança de uma criança, membro da equipe, familiar ou outra pessoa, a equipe do programa não deve hesitar em ligar para o 911 para obter assistência.

Publicação no site do Distrito

Os procedimentos e políticas do Distrito serão publicados no site do Distrito , traduzidos para os principais idiomas das famílias do Distrito .

II. Recursos adicionais para alunos e famílias do distrito/escola

O Gabinete do Procurador-Geral de Massachusetts e o Gabinete de Refugiados e Imigrantes de Massachusetts criaram os seguintes recursos para que o público possa aprender mais sobre seus direitos.

Procuradoria-Geral de Massachusetts: Recursos para imigrantes em Massachusetts

Escritório de Massachusetts para Refugiados e Imigrantes: Kit de Ferramentas de Recursos Comunitários

Orientações do Procurador-Geral de Massachusetts: CONHEÇA SEUS DIREITOS: Fiscalização do ICE - Um Guia Atualizado para Imigrantes, Famílias e Comunidades *(Disponível em espanhol , português , crioulo haitiano , chinês e vietnamita)*

Orientações do Procurador-Geral de Massachusetts: Informações gerais para prestadores de serviços em Massachusetts sobre fiscalização de imigração. *(Disponível em espanhol , português , crioulo haitiano , chinês e vietnamita)*

Diretrizes do Procurador-Geral de Massachusetts: Obrigações das escolas de ensino fundamental e médio em proteger os alunos e suas informações.

Panfleto do Procurador-Geral de Massachusetts: Direito dos Estudantes Imigrantes de Frequentar a Escola: Um Guia para Famílias (*disponível em espanhol , português, etc.) Crioulo haitiano, vietnamita, Chinês*)

Panfleto do Procurador-Geral de Massachusetts: Escolas de Ensino Fundamental e Médio sobre a proteção dos alunos e suas informações

Guia de Planejamento de Emergência para Pais com Situação Imigratória Incerta *(disponível em espanhol , português , crioulo haitiano e chinês simplificado)*

Ficha informativa sobre planejamento de emergência para pais com situação migratória incerta *(disponível em espanhol , português , crioulo haitiano e chinês simplificado)*

Parecer do Procurador-Geral sobre o acesso igualitário à educação pública para todos os alunos, independentemente do status imigratório.

Garantindo o direito dos estudantes imigrantes de se matricularem na escola: orientações para comissões e distritos escolares.

APÊNDICE A: Modelos de Mandados Judiciais e Mandados Administrativos

Figura 1: Mandado Judicial do Tribunal Estadual

APPLICATION FOR SEARCH WARRANT G.L. c. 276, §§ 1-7	TRIAL COURT OF MASSACHUSETTS
NAME OF APPLICANT [redacted]	SUPERIOR COURT DEPT. ESSEX **DIVISION**
POSITION OF APPLICANT Trooper, Massachusetts State Police	**SEARCH WARRANT DOCKET NUMBER**

I, the undersigned APPLICANT, being duly sworn, depose and say that:

1. I have the following information based upon the attached affidavit(s), consisting of a total of 77 pages, which is (are) incorporated herein by reference.

2. Based upon this information, there is PROBABLE CAUSE to believe that the property decribed below:

	has been stolen, embezzled, or obtained by false pretenses.
X	*is intended for use or has been used as the means of committing a crime.*
	has been concealed to prevent a crime from being discovered.
X	*is unlawfully possessed or concealed for an unlawful purpose.*
X	*is evidence of a crime or is evidence of criminal activity.*
	other (specify):

3. I am seeking the issuance of a warrant to search for the following property (*describe the property to be searched for as particularly as possible*):
See Addendum A, which is incorporated herein by reference.

4. Based upon this information, there is also probable cause to believe that the property may be found (*check as many as apply*):

X	*at (identify the exact location or description of the place(s) to be searched):* _____

Figura 2 : Mandado de busca judicial do Tribunal Federal (esquerda) e mandado administrativo do ICE (direita)



AO 93 (Rev. 11/13) Search and Seizure Warrant

UNITED STATES DISTRICT COURT

for the

Southern District of California

In the Matter of the Search of
(Briefly describe the property to be searched or identify the person by name and address)

2943 Reynard Avenue
San Diego, California

Case No. '14MJ0396

SEARCH AND SEIZURE WARRANT

To: Any authorized law enforcement officer

An application by a federal law enforcement officer or an attorney for the government requests the search of the following person or property located in the Southern District of California
(identify the person or describe the property to be searched and give its location):
See Attachment A-2.

The person or property to be searched, described above, is believed to conceal (identify the person or describe the property to be seized):
See Attachment B-2.

I find that the affidavit(s), or any recorded testimony, establish probable cause to search and seize the person or property.

YOU ARE COMMANDED to execute this warrant on or before February 14, 2014
(not to exceed 14 days)

☑ in the daytime 6:00 a.m. to 10 p.m. ☐ at any time in the day or night as I find reasonable cause has been established.

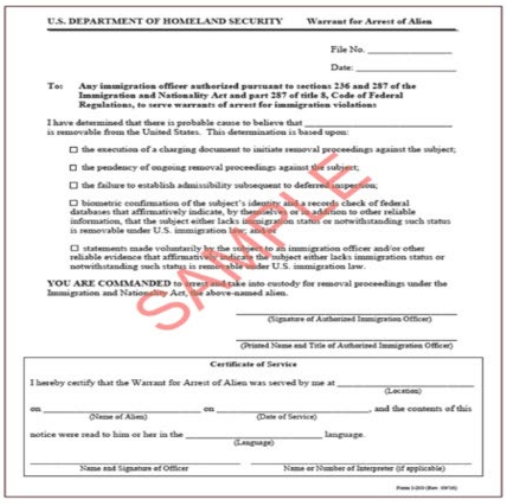
Unless delayed notice is authorized below, you must give a copy of the warrant and a receipt for the property taken to the person from whom, or from whose premises, the property was taken, or leave the copy and receipt at the place where the property was taken.

The officer executing this warrant, or an officer present during the execution of the warrant, must prepare an inventory as required by law and promptly return this warrant and inventory to United States Magistrate Judge Hon. David H. Bartick.
(name)

☐ I find that immediate notification may have an adverse result listed in 18 U.S.C. § 2705 (except for delay of trial), and authorize the officer executing this warrant to delay notice to the person who, or whose property, will be searched or seized (check the appropriate box) ☐ for ____ days (not to exceed 30)
☐ until, the facts justifying, the later specific date of ____.

Date and time issued: 1/31/2014 2:04 pm
Judge's signature

City and state: San Diego, California Hon. David H. Bartick, U.S. Magistrate Judge
Printed name and title



U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY **Warrant for Arrest of Alien**

File No. _____

Date: _____

To: Any immigration officer authorized pursuant to sections 236 and 287 of the Immigration and Nationality Act and part 287 of title 8, Code of Federal Regulations, to serve warrants of arrest for immigration violations

I have determined that there is probable cause to believe that _____ is removable from the United States. This determination is based upon:

☐ the execution of a charging document to initiate removal proceedings against the subject;

☐ the pendency of ongoing removal proceedings against the subject;

☐ the failure to establish admissibility subsequent to deferred inspection;

☐ biometric confirmation of the subject's identity and a records check of federal database that affirmatively indicate, by themselves or in addition to other reliable information, that the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law; and/or

☐ statements made voluntarily by the subject to an immigration officer and/or other reliable evidence that affirmatively indicate the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law.

YOU ARE COMMANDED to arrest and take into custody for removal proceedings under the Immigration and Nationality Act, the above-named alien.

SAMPLE

_____
(Signature of Authorized Immigration Officer)

_____
(Printed Name and Title of Authorized Immigration Officer)

Certificate of Service

I hereby certify that the Warrant for Arrest of Alien was served by me at _____ (Location)

on _____ (Name of Alien) on _____ (Date of Service), and the contents of this notice were read to him or her in the _____ (Language) language.

_____ Name and Signature of Officer

_____ Name or Number of Interpreter (if applicable)

Form I-200 (Rev. 09/10)

APÊNDICE B: Exemplos de Documentação de Interação com a Polícia Civil

Data: _____
Hora: _____
Local: _____

Nome(s) do(s) agente(s): _____

Número do crachá/identificação : _____

Agência: _____

Supervisor/Informações de contato:
_____

Finalidade declarada pelo agente:

Pessoa, registros ou área solicitada:

Documento apresentado:
☐ Mandado judicial
☐ Ordem judicial
☐ Intimação
☐ Mandado administrativo de imigração
☐ Ordem de detenção por imigração
☐ Outro: _____
☐ Nenhum documento apresentado

O contato da escola foi notificado: ☐ Sim ☐ Não

O contato a nível distrital foi notificado: ☐ Sim ☐ Não

Advogado da escola contatado: ☐ Sim ☐ Não

Resposta a nível escolar:

Informações ou registros divulgados, se houver:

Qualquer prisão/detenção ou outra medida coercitiva:

Impacto nas crianças/funcionamento da escola:

Outras observações:

Pessoa que preencheu o relatório:
_____

Data de conclusão: _____

APÊNDICE C

Modelo para notificar famílias e a comunidade escolar sobre a presença confirmada de agentes da lei envolvidos em operações de segurança pública nas dependências da escola.

Prezadas famílias:

Estamos escrevendo para informar que agências de aplicação da lei civil, especificamente [INCLUIR O NOME DA AGÊNCIA, SE DISPONÍVEL] , estiveram presentes em [ESCOLA/LOCAL] em [DATA].

De acordo com Lei PROTECT Assinada em 5 de agosto de 2026, a lei em Massachusetts proíbe prisões civis para fins de aplicação da lei civil, incluindo a fiscalização federal de imigração, em instalações escolares durante o horário de aula, durante programas antes e depois das aulas e durante eventos patrocinados pela escola, sem um mandado ou ordem judicial.

Nosso distrito possui procedimentos e políticas claras em vigor para seguir a Lei PROTECT, que você pode ver [INSERIR LINKS] .

Se você busca assistência jurídica ou informações adicionais, utilize os recursos abaixo.

Para obter assistência jurídica geral, acesse o serviço de apoio jurídico aqui:

- Página inicial | Localizador de recursos jurídicos de Massachusetts

Para obter assistência jurídica em questões de imigração, acesse o link aqui:

- Fundo de Representação Legal (LRF) -- Para aqueles que foram detidos recentemente pelo ICE.
    - Linha direta para pessoas detidas: (617) 637-8195
    - Linha direta para familiares e amigos: (617) 396-7143
- A Iniciativa de Acesso à Assistência Jurídica de Massachusetts (MACI) -- Para aqueles que enfrentam deportação e estão atualmente em processos no tribunal de imigração.
    - Contato: 508-505-4588
- Linha de Ajuda para Imigração da MIRA: miracoalition.org/news/immigration-helpline/
- Busca de advogados de imigração em todo o país: ailalawyer.com

APÊNDICE D

Modelo para notificar familiares ou estudantes maiores de 18 anos ou emancipados sobre solicitações específicas de agentes da lei envolvidos em atividades de fiscalização civil.

Querido __ _____:

Como pai/mãe ou responsável legal de _____, este e-mail tem o objetivo de notificá-lo(a) de que as autoridades policiais civis, especificamente [INCLUIR O NOME DA ÓRGÃO, SE DISPONÍVEL] , estavam [tentando entrar em contato com seu filho(a) OU buscando informações específicas sobre seu filho(a)].

Você pode entrar em contato com [PERSONA DE CONTATO] no [PROGRAMA] para quaisquer dúvidas sobre este incidente, mas esteja ciente de que nosso programa pode não ter mais informações além das que já foram fornecidas acima.

De acordo com Lei PROTECT Assinada em 5 de agosto de 2026, a lei em Massachusetts proíbe prisões civis para fins de aplicação da lei civil, incluindo a fiscalização federal de imigração, em instalações escolares durante o horário de aula, durante programas antes e depois das aulas e durante eventos patrocinados pela escola, sem um mandado ou ordem judicial.

Nosso distrito possui procedimentos e políticas claras em vigor para seguir a Lei PROTECT, que você pode ver [INSERIR LINKS] .

Para obter assistência jurídica geral, acesse o serviço de apoio jurídico aqui:

- Página inicial | Localizador de recursos jurídicos de Massachusetts

Para obter assistência jurídica em questões de imigração, acesse o link aqui:

- Fundo de Representação Legal (LRF) -- Para aqueles que foram detidos recentemente pelo ICE.
    - Linha direta para pessoas detidas: (617) 637-8195
    - Linha direta para familiares e amigos: (617) 396-7143
- A Iniciativa de Acesso à Assistência Jurídica de Massachusetts (MACI) -- Para aqueles que enfrentam deportação e estão atualmente em processos no tribunal de imigração.
    - Contato: 508-505-4588
- Linha de Ajuda para Imigração da MIRA: miracoalition.org/news/immigration-helpline/
    - Busca de advogados de imigração em todo o país: ailalawyer.com

Machine Translated by Google

ANEXO B

MAURA T. HEALEY
GOVERNOR

KIMBERLEY DRISCOLL
LT. GOVERNOR

EXECUTIVE OFFICE OF
EDUCATION

STEPHEN ZRIKE JR., Ed. D
SECRETARY

Orientações para escolas de ensino fundamental e médio

Relacionado à interação com autoridades policiais civis

21 de agosto de 2026

O Gabinete do Governador, o Gabinete Executivo de Educação (EOE) e o Departamento de Educação Básica e Secundária (DESE) emitem esta orientação em conformidade com *a Lei que promove o Estado de Direito, a supervisão, a confiança e a igualdade de tratamento constitucional* ("Lei PROTECT" ou "Lei"). Stat. 2026, c. 163, §§ 1–24. Favor analisar esta orientação juntamente com a Política Modelo do DESE, para adoção por comitês escolares e conselhos administrativos, e os Procedimentos Modelo do DESE, para implementação por superintendentes e diretores executivos, também divulgados hoje.

Ao elaborar este guia, bem como a Política Modelo e os Procedimentos Modelo, o DESE Após consulta ao Gabinete do Procurador-Geral, à Associação de Comitês Escolares de Massachusetts, à Associação de Escolas Particulares Aprovadas de Massachusetts (766) e a diversas outras partes interessadas, em conformidade com a Lei, este guia aborda as recomendações e obrigações para escolas de ensino fundamental e médio (K-12), que substituem as *Recomendações para Entidades que Prestam Serviços de Educação e Cuidados Infantis Relacionadas à Interação com Agentes Federais de Imigração,* emitidas em maio de 2026, em conformidade com a Ordem Executiva nº 650 do Governador: Protegendo o Acesso a Serviços Essenciais e Mantendo as Comunidades de Massachusetts Seguras.

EU. Introdução

Em 5 de agosto de 2026, a governadora Maura Healey sancionou a Lei PROTECT. Ela agora está em vigor. Em Massachusetts, exceto quando exigido por lei estadual ou federal, ou quando necessário para que o Estado ou suas subdivisões administrem um programa financiado ou apoiado pelo governo estadual ou federal, prisões civis, inclusive para fins de imigração federal, **não são permitidas** nas seguintes áreas não públicas: dependências escolares durante o horário de funcionamento (definido abaixo), sem mandado judicial ou ordem judicial.1

1 Este guia aborda as proteções contra prisões civis adotadas no âmbito do programa PROTECT. Outras proteções constitucionais limitam o acesso das autoridades policiais civis a locais não públicos, independentemente de o objetivo ser uma prisão, sem um mandado judicial ou uma ordem judicial.

Machine Translated by Google

A Lei exige que os comitês escolares, escolas colaborativas e conselhos de administração de escolas charter garantam que todas as escolas sob sua jurisdição tenham uma política escrita (descrita na Lei como um “plano de resposta a emergências”) que aborde a segurança de alunos e funcionários em relação às interações com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil.[2] De acordo com a Lei, esse plano deve refletir os sete elementos obrigatórios da Política Modelo do DESE: (1) identificação e designação de uma ou mais pessoas em cada escola e no escritório distrital/ administrativo como o(s) indivíduo(s)
(1) responsáveis por ter contato primário com agentes da lei; (2) procedimentos para contatar a(s) pessoa(s) autorizada(s) designada(s), que contatarão o advogado da escola; (3) procedimentos para documentar interações com agentes da lei nas dependências da escola; (4) procedimentos para notificar um pai ou responsável (ou o aluno se tiver 18 anos ou mais ou for emancipado)
(5) procedimentos após a confirmação da atuação de agentes da lei em atividades de segurança pública nas dependências da escola, incluindo procedimentos para notificar pais e responsáveis, professores, administradores e funcionários da escola de forma a garantir a confidencialidade e a privacidade de quaisquer informações potencialmente identificadoras; (6) um plano para confirmar e atualizar os contatos de emergência dos alunos e permitir que mais de uma pessoa seja listada; e (7) um plano para compartilhar esses procedimentos e políticas com alunos e famílias, inclusive no site da escola. As políticas e os procedimentos devem ser aplicados igualmente a todas as formas de atuação policial e devem ter como foco a segurança dos alunos.

II. Definições

Este guia utiliza as seguintes palavras e expressões, em conformidade com a Lei PROTECT:

"Prisão civil" significa uma prisão que não tem como objetivo preparar a pessoa sujeita a tal prisão para um processo criminal por uma suposta violação de uma lei penal estadual ou federal.
Prisões civis podem ser autorizadas, entre outras coisas: (1) um mandado de liberdade condicional emitido sob GL c. 127, § 149A, ou um mandado de liberdade condicional emitido sob GL c. 279, § 3; (2) lei estadual que permite custódia protetiva para pessoas incapacitadas e embriagadas, GL c. 111B § 8, ou (3) um mandado administrativo emitido por uma agência federal como a agência de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE) por violações da Lei Federal de Imigração e Nacionalidade, ou esforços relacionados de aplicação da imigração civil.

“Aplicação da lei civil” significa os esforços para investigar, aplicar ou auxiliar na investigação ou aplicação da lei civil estadual ou federal, incluindo, mas não se limitando a, qualquer lei federal de imigração civil. Para maior contexto, a aplicação da lei civil frequentemente se relaciona à detenção preventiva para a segurança de um indivíduo, à execução de ações civis em juízo,

---

[2] Embora a Lei PROTECT não exija que escolas particulares de ensino fundamental e médio adotem tais políticas, Nós os encorajamos a fazê-lo, em consonância com esta orientação e com as *Recomendações para Entidades que Prestam Serviços de Educação e Cuidados Infantis Relacionados à Interação com Agentes Federais de Imigração,* que permanecem em vigor para escolas particulares de ensino fundamental e médio e escolas particulares (independentes). faculdades e universidades.

Machine Translated by Google

ou a aplicação da lei de imigração. Em contraste, a aplicação da lei penal envolve a investigação e a execução de leis penais estaduais ou federais (como aquelas que proíbem o roubo e agressão). Observe que os agentes da lei (definidos abaixo) podem atuar na aplicação da lei civil e/ou na aplicação da lei penal.

"Mandado Judicial" ou **"Ordem Judicial"** refere-se a um mandado de prisão ou outra ordem judicial, assinada por um juiz ou magistrado atuante no poder judiciário de um governo local ou estadual ou do governo federal, que autoriza uma prisão. *Veja* o Apêndice A para exemplos.

"Agente policial" ou **"agente"** significa qualquer agente ou oficial de uma agência policial federal, estadual, municipal ou distrital, incluindo, entre outros, departamentos de polícia locais, xerifes, agentes policiais, a Polícia Estadual de Massachusetts, a agência de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE), a agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP) e o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (DHS).

"Horário de funcionamento" significa horário escolar regular, incluindo os horários de entrada e saída dos alunos. Programas antes e depois das aulas, e eventos patrocinados pela escola.

"Escola" significa uma escola administrada pelo departamento escolar de uma cidade, município ou distrito escolar regional; uma escola agrícola do condado; uma escola profissionalizante independente ou uma escola profissionalizante operada por um condado; uma escola charter da Commonwealth ou uma escola charter Horace Mann estabelecida sob o GL c. 71, § 89 ("escola charter"); uma escola diurna especial ou outra instalação diurna ou uma escola residencial de curto ou longo prazo que ofereça programas educacionais para crianças com deficiência, estabelecida de acordo com o capítulo 71B e em conformidade com o capítulo 766 das leis de 1972; ou uma escola operada por uma colaboração educacional estabelecida sob o GL c. 40, § 4E ("escola colaborativa").

"Distrito escolar" significa o departamento de educação de uma cidade ou município, um distrito escolar regional, uma escola profissionalizante independente ou uma escola profissionalizante ou agrícola administrada por um condado.

"Terreno escolar" significa o(s) prédio(s) principal(is) da escola e qualquer outro prédio ou propriedade pertencente ou controlada por uma escola ou distrito escolar e usada pela escola em apoio direto ou de maneira relacionada ao seu propósito educacional ou esportivo. Isso inclui playgrounds, campos, estacionamentos, áreas de recreação, campos esportivos, quadras, áreas de competição e outros locais pertencentes ou controlados e usados para fins relacionados à escola, estejam ou não fisicamente conectados ao(s) prédio(s) principal(is) da escola. Durante o horário de funcionamento, conforme definido acima, o terreno escolar não é público.3

---

3 Embora os pontos de ônibus geralmente não sejam considerados "terrenos escolares", consulte a Seção III(C) (Protocolo de Escalonamento) para obter recomendações sobre como lidar com a atividade policial nos pontos de ônibus.

Machine Translated by Google

III. Orientações sobre interações com agentes da lei Envolvido na aplicação da lei civil

Este guia inclui os tópicos exigidos pela Lei PROTECT, marcados com um asterisco. (*), e outras informações que o Gabinete do Governador, o Gabinete do Procurador-Geral, o EOE e o DESE considerem relevantes para as escolas.

UM. *Orientações gerais para interação com agentes da lei*

Um procedimento escrito deve fornecer orientações gerais para funcionários/colaboradores e administradores sobre como interagir com agentes da lei envolvidos no cumprimento da lei civil, incluindo:

1. Recomenda-se que funcionários, colaboradores e administradores mantenham a calma ao interagirem com agentes da lei.
2. Funcionários, colaboradores e administradores nunca devem tentar interferir fisicamente nas atividades das forças da lei, nem devem se sentir compelidos a abordar um agente da lei ou a interagir com ele primeiro.
3. Se os funcionários e colaboradores se sentirem inseguros ao interagir com agentes da lei, podem recusar-se a interagir com os agentes e, em vez disso, recorrer aos administradores, conforme descrito abaixo.

Prisões civis não são permitidas nas dependências da escola durante o horário de funcionamento, a menos que haja uma determinação legal. Os agentes da lei possuem um mandado judicial ou uma ordem judicial. [4] Se os agentes da lei Caso se trate de uma prisão civil nessas áreas em violação da Lei PROTECT, ninguém deve tentar interferir fisicamente com os policiais; em vez disso, a equipe no local deve seguir as orientações para que os espectadores documentem a interação, conforme descrito na Seção III(G) (Documentação das Interações) e na Seção IV(B) (Direitos dos Espectadores) abaixo. Após a saída das forças policiais das dependências da escola, a escola deve relatar o incidente à Divisão de Direitos Civis do Gabinete do Procurador-Geral.

B. *Pessoa(s) de contato designada(s)**

De acordo com a Lei PROTECT, as escolas devem designar uma pessoa de contato na diretoria. Um contato autorizado no escritório (“pessoa de contato em nível escolar”) e um contato autorizado no escritório do Superintendente ou do Diretor Executivo (“pessoa de contato em nível distrital”) devem ser notificados caso agentes da lei cheguem ao local ou solicitem informações.ÿ Diferentes pessoas podem atuar como o contato designado.

---

[4] Conforme observado na Seção III(M) (Obrigações Existentes), nada nesta orientação proíbe a cooperação apropriada com as autoridades, incluindo polícia, bombeiros, serviços médicos de emergência, autoridades de proteção à criança ou outros funcionários de segurança pública, respondendo a uma emergência, protegendo uma criança de abuso ou negligência ou exercendo outra autoridade legal não relacionada à aplicação da lei civil.

[5] Se a escola não tiver um escritório distrital ou administrativo distinto de Na própria escola, pode ser apropriado que a mesma pessoa de contato atue também no nível escolar. pessoa de contato e pessoa de contato a nível distrital.

Machine Translated by Google

É importante que você indique uma pessoa de contato em diferentes momentos do dia e considere seriamente nomear pelo menos uma pessoa de contato "reserva" nos níveis escolar e distrital. Recomendamos que (1) o administrador ou gerente de mais alto escalão da escola seja a principal pessoa de contato designada no nível escolar e (2) o Superintendente, o Diretor Executivo ou seu representante, ou um
O advogado atua como pessoa de contato em nível distrital.

Os procedimentos escritos exigidos pela Lei PROTECT devem incluir o(s) nome(s) e as informações de contato da(s) pessoa(s) designada(s) para contato. Se várias pessoas compartilharem essa função, considere fornecer a elas um número de celular ou telefone fixo em comum, para facilitar o contato da equipe de atendimento em caso de emergência.

C. *Protocolo de escalonamento**

Os procedimentos escritos exigidos pela Lei PROTECT devem abordar como os funcionários,
A equipe e os administradores devem saber como agir caso policiais cheguem ao local e a quem notificar (o “protocolo de escalonamento”). As escolas devem garantir que todos os funcionários e colaboradores estejam cientes do protocolo e de como contatar as pessoas responsáveis. Este protocolo deve ser simples, fácil de lembrar e consistente com os procedimentos utilizados em outras circunstâncias. Um protocolo de escalonamento deve incluir as seguintes instruções:

1. Caso agentes da lei envolvidos em operações civis cheguem ao local e não haja nenhuma circunstância emergencial aparente, os funcionários devem informá-los de que entrarão em contato com um administrador para obter assistência e que devem aguardar onde estão (idealmente do lado de fora, longe de alunos/crianças e seus familiares).

2. O funcionário ou membro da equipe deve entrar em contato imediatamente com a direção da escola. pessoa de contato.

3. Assim que for notificado, o responsável pela escola deve ligar imediatamente para o responsável pelo distrito e dirigir-se ao local onde os agentes da lei estão aguardando. Caso a escola tenha acesso a um advogado, os procedimentos por escrito devem prever que o responsável pela escola ou o responsável pelo distrito entre em contato com o advogado e o mantenha na linha para receber orientações.

4. A pessoa de contato na escola deve falar com os agentes da lei. Essa pessoa deve solicitar a identificação dos agentes e anotar seus nomes, agências e números de identificação.

5. O contato da escola deve solicitar acesso a qualquer mandado ou outra documentação. Esse contato — com o auxílio de um advogado, se possível, e/ou do contato do distrito escolar — deve analisar os documentos para determinar se os agentes da lei possuem um mandado válido.

   Mandado judicial ou ordem judicial. *Consulte* a Seção III(F) (Revisão do mandado) para dicas sobre como revisar um mandado.

Machine Translated by Google

a. Se os agentes da lei possuírem um Mandado Judicial válido ou Ordem Judicial
Ordem que autoriza uma prisão ou entrada para busca, ou ambas, em nível escolar.
A pessoa de contato deve informar os agentes da lei de que eles podem entrar nas dependências da escola; no entanto, a pessoa de contato em nível escolar
Deve-se solicitar que, sempre que possível, os agentes da lei evitem áreas onde haja estudantes/crianças.

b. Se os agentes da lei não possuírem um mandado judicial válido ou
Ordem judicial, ou possuem apenas um mandado administrativo *(ver*
(Consulte o Apêndice A para um exemplo), a pessoa de contato a nível escolar deve informá-los de que não estão autorizados a efetuar a prisão nas instalações da escola e pedir-lhes que se retirem.[6]

c. Se os agentes da lei procederem a uma prisão civil em instalações escolares, em violação da Lei PROTECT, ninguém
não devem tentar interferir fisicamente com eles; em vez disso, os funcionários devem siga as orientações para espectadores sobre como documentar uma interação, incluídas na Seção III(G) (Documentação de Interações) e na Seção IV(B)
(Direitos de quem presencia o ocorrido) abaixo. Se houver uma ameaça iminente à segurança de uma criança, membro da equipe, familiar ou outra pessoa, a equipe do programa não deve hesitar em ligar para o 911 para obter assistência.

d. Após a saída das autoridades policiais das dependências da escola, a escola deverá comunicar o incidente à Divisão de Direitos Civis do Gabinete do Procurador-Geral.

Além dos procedimentos descritos acima, as escolas são incentivadas a considerar o seguinte:
As escolas devem considerar incluir diversos cenários em que interações com agentes da lei envolvidos em ações de segurança pública podem ocorrer em seus programas e instalações, para que possam elaborar protocolos de escalonamento para esses cenários específicos. Além disso, devem levar em conta a inclusão de protocolos de escalonamento. Orientações específicas para determinados cargos da equipe, como funcionários da recepção, que podem ter maior probabilidade de interagir com agentes da lei envolvidos em operações civis. As escolas também devem considerar a atualização dos Planos de Operações de Emergência e dos Planos de Resposta a Emergências Médicas e de Saúde Mental existentes para garantir a segurança dos alunos em caso de qualquer tipo de atividade policial dentro ou nas proximidades da escola.

Além disso, as escolas devem revisar os contratos de transporte escolar e comunicar-se com as empresas de transporte escolar sobre as políticas e os protocolos para motoristas de ônibus em caso de atividade policial ativa perto de um ponto de ônibus escolar. Isso inclui considerações para o transporte de alunos com necessidades especiais. Os procedimentos relacionados ao transporte devem se concentrar na manutenção da segurança.

[6] Em raras circunstâncias, os agentes da lei podem identificar uma causa clara e imediata.
Ameaça à saúde ou à segurança que se qualifique como exceção à exigência de mandado judicial.

Machine Translated by Google

Segurança do aluno e como evitar os perigos associados a deixar um aluno perto de uma cena de crime em andamento ou de qualquer prisão ou operação policial.

As escolas devem rever e considerar a atualização de suas políticas e protocolos para garantir a segurança dos alunos quando atividades policiais estiverem sendo realizadas nas dependências escolares. As políticas devem ser aplicadas igualmente a todas as formas de atuação policial e devem ter como foco a manutenção da segurança dos alunos.

segurança.

D. *Listas de verificação e linguagem aprovada*

Incentivamos as escolas a desenvolverem listas de verificação e a elaborarem textos aprovados para os funcionários. Listas de verificação para funcionários, administradores e pessoas de contato designadas para interação com agentes da lei em situações de emergência. Essas listas podem incluir o protocolo de escalonamento com instruções claras sobre quem os funcionários devem contatar caso agentes da lei estejam no local ou façam solicitações.

Exemplos de “Linguagem Aprovada” podem incluir:

1. “Não tenho autorização para permitir sua entrada na escola. Por favor, aguarde aqui enquanto entro em contato com um administrador.”
2. “Não estou autorizado a discutir casos específicos de pessoas ou a falar com você sobre este aluno/criança/funcionário. Vou entrar em contato com um administrador que discutirá isso com você mais detalhadamente.”
3. “Não me é permitido discutir/divulgar informações privadas para você.”

E. *Conversas proativas com o(s) advogado(s) da escola*

Quando aplicável, a escola e/ou o distrito escolar devem consultar seus advogados. sobre a melhor e mais rápida maneira de contatá-los em caso de emergência, incluindo a chegada de policiais ao local da escola. A escola/distrito escolar deve garantir que Os responsáveis de contato em nível escolar e distrital têm meios de contatar o advogado imediatamente, se necessário. A escola/distrito escolar também pode consultar seu advogado como parte do estabelecimento dos procedimentos descritos nesta orientação.

F. *Revisão do Mandado*

Os procedimentos escritos devem incluir informações sobre como identificar um Judiciário válido. Mandado ou Ordem Judicial. *Consulte* o Apêndice A (Exemplos de Mandados Judiciais e Mandados Administrativos), abaixo, para exemplos de mandados.

Mandados judiciais e ordens judiciais são documentos emitidos por um juiz ou magistrado atuante no poder judiciário estadual ou federal. Esses documentos autorizam a busca em um local específico ou a prisão de uma pessoa específica com base em informações suficientes para comprovar a ocorrência de um crime (“causa provável”). Observe que outras ordens judiciais podem incluir intimações ou citações, mas estas não autorizam o acesso físico a locais não públicos.

Machine Translated by Google

Um Mandado Judicial é: (1) assinado por um juiz, magistrado ou assistente de magistrado e datado; (2) emitido por um tribunal; e (3) inclui o local a ser revistado ou as pessoas ou itens a serem apreendidos/presos.

Uma Ordem Judicial pode assumir muitas formas, mas deve incluir: (1) o cabeçalho de um processo judicial; (2) o nome do tribunal; e (3) a assinatura de um juiz, escrivão magistrado ou assistente de escrivão magistrado, com a data.

Conforme mencionado acima na Seção III(C) (Protocolo de Escalonamento), se agentes da lei
Ao chegarem ao local, os agentes da lei civil envolvidos na operação devem entrar em contato com a administração da escola. Pessoa de contato que entrará em contato com a pessoa de contato do distrito e seguirá para o local. onde os agentes da lei estão aguardando. (Os procedimentos escolares devem orientar o contato da escola ou o contato do distrito a ligar para o advogado da escola neste momento.) Assim que o contato da escola se encontrar com o policial e solicitar a visualização de quaisquer mandados ou ordens judiciais, deverá descrever esses documentos por telefone ao advogado da escola, que os avaliará e informará o contato da escola sobre sua validade. Se o contato da escola se sentir seguro, poderá perguntar ao policial se pode enviar uma foto do mandado ou da ordem judicial ao advogado da escola ou mostrar o mandado ou a ordem judicial ao advogado por meio de uma videochamada. Se a escola não tiver acesso a um advogado ou não conseguir contatá-lo, o contato da escola, em consulta com o contato do distrito, se houver, deverá usar esta orientação e o Apêndice A para determinar se os agentes da lei possuem um Mandado Judicial ou uma Ordem Judicial válida. *Consulte* o Apêndice A (Exemplos de Mandados Judiciais e Mandados Administrativos).

G. *Documentação de interações**

De acordo com a Lei PROTECT, as escolas devem incluir em seus procedimentos escritos instruções para documentar as interações com agentes da lei envolvidos no exercício da atividade civil. Recomenda-se que funcionários, colaboradores, administradores e a(s) pessoa(s) de contato designada(s) aguardem até se sentirem seguros para registrar o ocorrido. Isso pode ocorrer após a saída dos policiais das dependências da escola. As escolas devem utilizar um formulário já existente ou criar um novo para registrar as interações com policiais e manter esses registros da mesma forma que quaisquer outros registros escolares, como de costume.

De acordo com o protocolo de escalonamento recomendado acima, funcionários, equipe, administradores e A(s) pessoa(s) de contato designada(s) pode(m) interagir com os agentes da lei de maneiras diferentes e em momentos diferentes. Recomenda-se que todos anotem o que se lembram do incidente, incluindo, entre outras informações, as seguintes:

- Data e hora em que os agentes da lei chegaram às instalações da escola ou fizeram o pedido de informações;
- Os nomes e números de identificação dos agentes, bem como a agência que representavam;
- O número de veículos e as respectivas placas, se visíveis;

Machine Translated by Google

- Os nomes das testemunhas, alunos ou outros funcionários envolvidos;
- Medidas tomadas para notificar a pessoa de contato a nível escolar, a pessoa de contato a nível distrital ou o advogado da escola, conforme o caso;
- As ações dos agentes da lei, incluindo se eles cumpriram ou não as instruções da escola;
- Se os agentes da lei possuíam um mandado judicial ou ordem judicial válidos, ou alguma outra documentação;
- Se houve prisão civil em instalações escolares; e
- Impacto sobre alunos/crianças/funcionários/membros da equipe (após a resolução de quaisquer problemas imediatos) e quaisquer ações de acompanhamento necessárias para apoiá-los.

Consulte os Procedimentos Modelo do DESE para obter um formulário padrão para registrar interações com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil.

Os espectadores, incluindo funcionários e colaboradores, podem gravar a interação em vídeo abertamente (não secretamente), mas não devem interferir.

H. *Agentes de Recursos Escolares*

Os distritos escolares com Oficiais de Recursos Escolares (SROs, na sigla em inglês) devem garantir que possuam um Memorando de Entendimento (MOU, na sigla em inglês) para SROs que esteja em conformidade com o modelo estadual obrigatório. Os distritos escolares são incentivados a distribuir este Memorando de Entendimento (MOU) aos administradores escolares e ao pessoal de segurança escolar. De acordo com a legislação estadual, o policial escolar não deve (i) atuar como disciplinador escolar, fiscalizador do cumprimento das normas escolares ou substituir psicólogos, psiquiatras ou conselheiros escolares licenciados; ou (ii) usar poderes policiais para lidar com questões disciplinares escolares tradicionais, incluindo comportamentos disruptivos não violentos. Segundo o modelo de MOU, “pode ser apropriado que os administradores escolares, em vez do policial escolar, lidem com delitos de menor gravidade, incluindo, entre outros, alegações de contravenção penal como ameaças, agressão, furto, receptação e destruição ou dano doloso, malicioso ou intencional à propriedade privada”. Em circunstâncias que exijam intervenção do juizado da infância e juventude, a intimação é o método preferencial para levar menores ao tribunal, em vez de efetuar uma prisão nas dependências da escola, a menos que haja motivo para acreditar que o menor não comparecerá após a intimação.

De acordo com o Memorando de Entendimento Modelo para Oficiais de Ligação Escolar (SROs), os funcionários do distrito escolar e os SROs não devem divulgar a nenhum agente ou agência policial, incluindo as forças policiais locais, municipais, regionais, distritais, estaduais e federais, qualquer informação relativa a um aluno ou membro da família de um aluno, proveniente de seus bancos de dados e outros sistemas de registro, incluindo: (i) status imigratório; (ii) cidadania; (iii) bairro de residência; (iv) religião; (v) nacionalidade; (vi) etnia; ou (vii) suspeita, alegada ou confirmada filiação a gangues, a menos que seja pertinente a um incidente ilegal específico ou a uma perspectiva específica de atividade ilegal que a escola seja obrigada a relatar. As escolas são incentivadas a compartilhar quaisquer políticas ou procedimentos novos ou atualizados que adotem de acordo com a Lei PROTECT e as políticas relativas à privacidade do aluno com seus SROs locais.

Machine Translated by Google

EU. *Aviso aos pais*

1. Aviso à comunidade escolar sobre a presença de agentes da lei*

Quando uma escola confirma a presença de agentes da lei envolvidos em questões de direito civil.
Em caso de aplicação de medidas disciplinares nas dependências da escola, a instituição deve notificar os pais ou responsáveis dos alunos, os professores, a administração e os funcionários. A escola deve fornecer essa notificação de forma a garantir a confidencialidade e a privacidade de quaisquer informações que possam identificar os alunos. *Consulte* os Procedimentos Modelo do DESE para obter um modelo de notificação.

2. Notificação individualizada aos pais quando agentes da lei estão procurando por um Aluno específico ou informações sobre esse aluno

Se os agentes da lei estiverem tentando contatar um menor de idade/aluno ou buscando informações sobre um menor de idade/aluno, os funcionários/colaboradores devem entrar em contato com a(s) pessoa(s) de contato da escola e, em seguida, informar imediatamente os pais ou responsáveis legais do menor/aluno. Se o aluno tiver 18 anos ou mais, ou for emancipado, os funcionários/colaboradores devem notificá-lo diretamente, além de notificar a pessoa de contato da escola. Recomenda-se que as escolas designem um funcionário ou colaborador para notificar as famílias ou os alunos como parte de seu protocolo de escalonamento. *Consulte* os Procedimentos Modelo do DESE para obter um modelo de notificação.

J. *Proteção de informações de identificação pessoal*

As escolas não podem divulgar informações de identificação pessoal sobre um aluno ou criança sob seus cuidados a terceiros, incluindo policiais e a mídia, seja oralmente ou por escrito, a menos que: a escola tenha o consentimento informado específico dos pais ou responsáveis do aluno/criança (ou dos próprios alunos, se maiores de 18 anos ou emancipados); seja em cumprimento a um mandado judicial, ordem judicial ou intimação; ou haja uma emergência de saúde ou segurança, conforme o caso. De modo geral, as escolas também devem respeitar as preferências e preocupações de privacidade dos pais ou responsáveis do aluno (ou do próprio aluno, se maior de 18 anos ou emancipado) em resposta a solicitações da mídia e, na medida em que seja compatível com a lei, em interações com policiais que possam envolver alunos.

As escolas devem permitir que os pais/responsáveis (ou os próprios alunos, se tiverem pelo menos 18 anos de idade) acompanhem os alunos.
As escolas podem optar por não incluir seus dados no diretório (por exemplo, o endereço e o local de nascimento da criança/aluno). Também podem limitar quais informações são incluídas no diretório (por exemplo, excluindo o endereço e o local de nascimento da criança/aluno) e restringir a divulgação à comunidade escolar. De acordo com a legislação federal, as escolas são obrigadas a notificar os alunos e suas famílias pelo menos uma vez por ano sobre quais informações estão incluídas no diretório e a permitir que os pais/responsáveis optem por não incluir informações no diretório a qualquer momento. As escolas devem comunicar essas informações utilizando serviços de tradução ou interpretação para pais/responsáveis com proficiência limitada em inglês.

Caso agentes da lei busquem informações confidenciais sobre a escola
Em relação ao pessoal, a escola deve encaminhar os funcionários ao seu departamento de recursos humanos, que deverá seguir os protocolos padrão.

Machine Translated by Google

K. *Planos de cuidadores e informações de contato*

Recomenda-se que as escolas estabeleçam protocolos claros para sua resposta no caso de um [problema específico]. Caso uma criança/aluno ou seu pai/responsável seja detido por agentes da lei, as escolas, de acordo com a Lei PROTECT, devem elaborar um plano para garantir que as informações de contato de emergência, contatos alternativos de cuidadores e contatos autorizados para buscar a criança estejam atualizadas para todos os alunos/crianças. Como parte dessa revisão, as escolas devem permitir que os pais/responsáveis indiquem mais de uma pessoa como contato de emergência. Recomenda-se também que as escolas mantenham arquivadas toda a documentação pertinente, como a autorização de outro cuidador, agente temporário ou responsável.

L. *Políticas para visitantes*

As escolas devem adotar políticas (ou procedimentos) por escrito para visitantes que especifiquem restrições para os mesmos e que se apliquem igualmente a todos os visitantes — ou seja, a política (ou procedimento) para visitantes não deve fazer distinção entre agentes da lei que visitam a escola para realizar atividades civis de fiscalização e outros tipos de visitantes.

M. *Obrigações Existentes*

Nada nesta orientação altera as obrigações da escola de cumprir as leis estaduais e federais, bem como as políticas e procedimentos existentes.

Nada nesta orientação proíbe a cooperação adequada com as autoridades, incluindo polícia, bombeiros, serviços médicos de emergência, autoridades de proteção à criança ou outros agentes de segurança pública que respondam a uma emergência, protejam uma criança contra abuso ou negligência, ou exerçam qualquer outra autoridade legal não relacionada à aplicação das leis de imigração. Se houver uma ameaça iminente à segurança de uma criança, membro da equipe, familiar ou outra pessoa, a escola não deve hesitar em ligar para o 911 para obter assistência.

IV. Direitos da pessoa presa/detida e direitos de um espectador

UM. *Direitos da pessoa presa ou detida*

Direito de permanecer em silêncio: Uma pessoa presa ou detida por agentes da lei civis, incluindo agentes federais de imigração, não é obrigada a responder perguntas sobre seu status imigratório, cidadania, local de nascimento ou como entrou nos Estados Unidos.
A pessoa pode dizer: "Estou exercendo meu direito de permanecer em silêncio" e recusar-se a falar com o agente da lei até que tenha conversado com um advogado. A partir de 4 de setembro de 2026, a Lei PROTECT proíbe que agentes da lei perguntem sobre o status imigratório ou a cidadania, exceto quando exigido por lei estadual ou federal, ou quando estiver materialmente relacionado a um crime específico.

Machine Translated by Google

Direito de contratar/consultar um advogado: Uma pessoa presa ou detida tem o direito de contratar e falar com um advogado, mas o governo geralmente não é obrigado a fornecer um em processos de imigração.

Direito de Recusar-se a Assinar Documentos: Uma pessoa presa ou detida tem o direito de Recusar-se a assinar documentos (por exemplo, renúncia de direitos, formulários de saída voluntária). A pessoa tem o direito de ler e compreender qualquer documento antes de assiná-lo.

B. *Direitos dos espectadores*

Direito de Observação: Testemunhas que presenciam ações policiais civis, incluindo ações federais de imigração, têm o direito de observar os agentes e filmar a abordagem a uma distância razoável, desde que não interfiram com os policiais. A lei de Massachusetts permite a gravação de vídeo abertamente (não secretamente).

Direito ao Silêncio: Embora os agentes da lei possam fazer perguntas, os espectadores têm o direito de permanecer em silêncio. Os espectadores não são obrigados a responder perguntas sobre seu próprio status imigratório ou o de qualquer outra pessoa. Conforme mencionado acima, a partir de 4 de setembro de 2026, a Lei PROTECT proíbe que agentes da lei perguntem sobre o status imigratório ou cidadania, exceto quando exigido por outras leis ou especificamente relacionado a uma possível violação criminal.

V. Apoio a Estudantes e Crianças

Incentivamos as escolas a oferecerem apoio psicológico e de assistência social a alunos e crianças que apresentem níveis elevados de ansiedade, especialmente aqueles que são afetados pessoalmente e aqueles cujas famílias são diretamente afetadas por atividades de aplicação da lei civil, incluindo a fiscalização federal de imigração.

Além disso, é importante que as escolas mantenham-se atentas e sensíveis às faltas dos alunos e aos desafios comportamentais no ambiente escolar. A equipe e os educadores devem se engajar proativamente e construir relações de confiança com pais e alunos, oferecendo apoio e trabalhando em parceria com as famílias para lidar com quaisquer problemas de frequência ou comportamento que possam surgir.

De acordo com a Lei PROTECT, as escolas devem desenvolver um plano para compartilhar as políticas exigidas. e os procedimentos com alunos e famílias vinculados à sua escola. Recomendamos publicar esse material no(s) site(s) da escola e/ou do distrito escolar.

É essencial que todas as comunicações com pais e responsáveis relativas ao aluno sejam feitas de forma transparente e respeitosa.
As necessidades, o transporte, a atualização de contatos alternativos e informações de diretório, os protocolos de emergência, a atividade policial ou outros assuntos devem ser comunicados no idioma principal dos pais/responsáveis, utilizando intérpretes. Os avisos aos pais e as comunicações escritas devem usar linguagem simples, na medida do possível, e ser traduzida para os idiomas principais utilizados por A comunidade da sua escola.

Machine Translated by Google

VI. Recursos Humanos/Questões Trabalhistas/Sindicais

Os funcionários são encorajados a relatar quaisquer preocupações trabalhistas ou relacionadas ao emprego sobre a interação com agentes da lei envolvidos em ações de fiscalização civil, incluindo a fiscalização federal de imigração, à sua equipe de recursos humanos ou aos representantes sindicais, respectivamente. Essas questões podem incluir dúvidas sobre esta orientação e políticas ou procedimentos relacionados, ou perguntas gerais sobre situações pessoais envolvendo agentes da lei civil.
Recomenda-se que os funcionários/colaboradores consultem os recursos listados na Seção VIII (Recursos Adicionais para Escolas) para obter mais informações.

VII. Treinamentos sobre interações com autoridades policiais civis

Recomenda-se que as escolas realizem treinamentos sobre os requisitos da Lei PROTECT, as recomendações incluídas neste guia e quaisquer políticas ou procedimentos relacionados adotados pela escola ou distrito para garantir a segurança de todos os alunos e funcionários nas dependências escolares, independentemente de sua nacionalidade ou situação imigratória. Lembretes aos funcionários sobre o protocolo de escalonamento.
são frequentemente as melhores práticas aqui. O DESE, em consulta com o EOE, o Escritório de Refugiados e Imigrantes de Massachusetts e o Gabinete do Procurador-Geral de Massachusetts, desenvolverá um modelo de treinamento incorporando os componentes desta orientação, juntamente com sua Política Modelo e Procedimentos Modelo, que os comitês escolares, escolas colaborativas e conselhos de administração de escolas charter poderão fornecer às suas equipes.

VIII. Recursos adicionais para escolas

O Gabinete do Procurador-Geral de Massachusetts, o Gabinete de Refugiados e Imigrantes de Massachusetts e o Departamento de Educação de Massachusetts (DESE) criaram os seguintes recursos para que o público possa aprender mais sobre seus direitos. Encorajamos os membros da comunidade escolar a consultarem esses recursos e sugerimos que as escolas considerem a possibilidade de divulgá-los ou distribuí-los aos alunos/crianças, famílias e funcionários/colaboradores.

- Procuradoria-Geral de Massachusetts: Recursos para imigrantes em Massachusetts
- Escritório de Massachusetts para Refugiados e Imigrantes: Kit de Ferramentas de Recursos Comunitários
- Orientações do Procurador-Geral de Massachusetts: CONHEÇA SEUS DIREITOS: ICE Fiscalização: Um Guia Atualizado para Imigrantes, Famílias e Comunidades *(disponível em espanhol) Português, Crioulo haitiano, Chinês, Vietnamita)*
- Orientações do Procurador-Geral de Massachusetts: Informações Gerais para Prestadores de serviços em Massachusetts relacionados à aplicação das leis de imigração *(disponível em espanhol) Português, Crioulo haitiano, Chinês, Vietnamita)*
- Diretrizes do Procurador-Geral de Massachusetts: Obrigações das escolas de ensino fundamental e médio em proteger Alunos e suas informações
- Panfleto do Procurador-Geral de Massachusetts: Direito dos Estudantes Imigrantes à Educação Escola: Um Guia para Famílias *(disponível em espanhol) Português, crioulo haitiano, vietnamita, chinês)*

Machine Translated by Google

- Panfleto do Procurador-Geral de Massachusetts: Escolas de Ensino Fundamental e Médio sobre a proteção dos alunos e suas informações
- Guia de Planejamento de Emergência para Pais com Situação Imigratória Incerta Status *(disponível em espanhol) Português, Crioulo haitiano, Chinês simplificado)*
- Ficha informativa sobre planejamento de emergência para pais com situação imigratória incerta Status *(disponível em espanhol) Português, Crioulo haitiano, Chinês simplificado)*
- Parecer do Procurador-Geral sobre o Acesso Igualitário à Educação Pública para Todos Estudantes independentemente do seu status imigratório *(disponível em espanhol) Português, Árabe)*
- Garantindo o direito dos estudantes imigrantes de se matricularem na escola: orientações para Comitês e Distritos Escolares
- Garantindo o direito dos estudantes imigrantes de se matricularem na escola: orientações para Famílias e alunos *(disponível em chinês)* Crioulo haitiano, Português, Espanhol, Vietnamita)

Machine Translated by Google

APÊNDICE A

Exemplos de Mandados Judiciais e Mandados Administrativos

Figura 1: Mandado Judicial do Tribunal Estadual

APPLICATION FOR SEARCH WARRANT G.L. c. 276, §§ 1-7	TRIAL COURT OF MASSACHUSETTS
NAME OF APPLICANT [redacted]	SUPERIOR ESSEX **COURT DEPT.** **DIVISION**
POSITION OF APPLICANT Trooper, Massachusetts State Police	**SEARCH WARRANT DOCKET NUMBER**

I, the undersigned APPLICANT, being duly sworn, depose and say that:

1. I have the following information based upon the attached affidavit(s), consisting of a total of 77 pages, which is (are) incorporated herein by reference.

2. Based upon this information, there is PROBABLE CAUSE to believe that the property decribed below:
   - [ ] *has been stolen, embezzled, or obtained by false pretenses.*
   - [X] *is intended for use or has been used as the means of committing a crime.*
   - [ ] *has been concealed to prevent a crime from being discovered.*
   - [X] *is unlawfully possessed or concealed for an unlawful purpose.*
   - [X] *is evidence of a crime or is evidence of criminal activity.*
   - [ ] *other (specify):*

3. I am seeking the issuance of a warrant to search for the following property (*describe the property to be searched for as particularly as possible*):
   See Addendum A, which is incorporated herein by reference.

4. Based upon this information, there is also probable cause to believe that the property may be found (*check as many as apply*):
   - [X] *at (identify the exact location or description of the place(s) to be searched):* _____

Machine Translated by Google

APÊNDICE A

Exemplos de Mandados Judiciais e Mandados Administrativos

Figura 2: Mandado judicial de busca e apreensão do Tribunal Federal (à esquerda) e mandado administrativo do ICE (à direita)



AO 93 (Rev. 11/13) Search and Seizure Warrant

UNITED STATES DISTRICT COURT

for the

Southern District of California

In the Matter of the Search of
(Briefly describe the property to be searched or identify the person by name and address)

2943 Reynard Avenue
San Diego, California

Case No. '14MJ0396

SEARCH AND SEIZURE WARRANT

To: Any authorized law enforcement officer

An application by a federal law enforcement officer or an attorney for the government requests the search of the following person or property located in the Southern District of California
(identify the person or describe the property to be searched and give its location):
See Attachment A-2.

The person or property to be searched, described above, is believed to conceal (identify the person or describe the property to be seized):
See Attachment B-2.

I find that the affidavit(s), or any recorded testimony, establish probable cause to search and seize the person or property.

YOU ARE COMMANDED to execute this warrant on or before February 7, 2014 (not to exceed 14 days)

☑ in the daytime 6:00 a.m. to 10 p.m. ☐ at any time in the day or night as I find reasonable cause has been established.

Unless delayed notice is authorized below, you must give a copy of the warrant and a receipt for the property taken to the person from whom, or from whose premises, the property was taken, or leave the copy and receipt at the place where the property was taken.

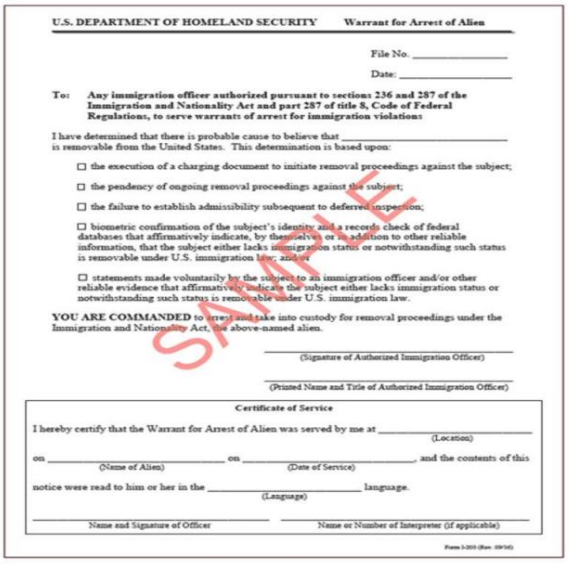
The officer executing this warrant, or an officer present during the execution of the warrant, must prepare an inventory as required by law and promptly return this warrant and inventory to United States Magistrate Judge
Hon. David H. Bartick
(name)

☐ I find that immediate notification may have an adverse result listed in 18 U.S.C. § 2705 (except for delay of trial), and authorize the officer executing this warrant to delay notice to the person who, or whose property, will be searched or seized (check the appropriate box) ☐ for ____ days (not to exceed 30).
☐ until, the facts justifying, the later specific date of ____.

Date and time issued: 1/24/2014 5:54 pm

Judge's signature

City and state: San Diego, California Hon. David H. Bartick, U.S. Magistrate Judge
Printed name and title



U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY Warrant for Arrest of Alien

File No. _____

Date: _____

To: Any immigration officer authorized pursuant to sections 236 and 287 of the Immigration and Nationality Act and part 287 of title 8, Code of Federal Regulations, to serve warrants of arrest for immigration violations

I have determined that there is probable cause to believe that _____ is removable from the United States. This determination is based upon:

☐ the execution of a charging document to initiate removal proceedings against the subject;

☐ the pendency of ongoing removal proceedings against the subject;

☐ the failure to establish admissibility subsequent to deferred inspection;

☐ biometric confirmation of the subject's identity and a records check of federal databases that affirmatively indicate, by themselves or in addition to other reliable information, that the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law; and/or

☐ statements made voluntarily by the subject to an immigration officer and/or other reliable evidence that affirmatively indicate the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law.

YOU ARE COMMANDED to arrest and take into custody for removal proceedings under the Immigration and Nationality Act, the above-named alien.

_____
(Signature of Authorized Immigration Officer)

_____
(Printed Name and Title of Authorized Immigration Officer)

SAMPLE

Certificate of Service

I hereby certify that the Warrant for Arrest of Alien was served by me at _____ (Location)

on _____ (Name of Alien) on _____ (Date of Service), and the contents of this notice were read to him or her in the _____ (Language) language.

_____ Name and Signature of Officer

_____ Name or Number of Interpreter (if applicable)

Form I-200 (Rev. 09/16)